



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

**Ministro das Finanças surpreendeu**

BPN pode ser vendido

O ministro das Finanças revelou no Parlamento que a sua opção de solução para o Banco Português de Negócios (BPN) é vender e que só condições de mercado ou falta de interessados o levarão a ponderar outras possibilidades.

“A venda é o cenário que eu privilegiarei”, afirmou Teixeira dos Santos na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, ressaltando que, por “eventuais dificuldades” de mercado que resultem na falta de interessados, não pode “descartar outras possibilidades.

Teixeira dos Santos afirmou ainda que “garante” que não haverá lugar a indemnização de qualquer accionista. A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a antiga dona do BPN, quer receber do Estado, como indemnização decorrente da nacionalização do banco, 403,8 milhões de euros, como revelou recentemente o actual presidente da empresa, Fernando Lima, na apresentação das contas da “holding”, que teve prejuízos de cerca de 170 milhões em 2008.

ACTUALIDADE I

CASO
BPN

INDEMNIZAÇÃO ■ JUIZ APONTA RISCO DE FUGA DO PAÍS

Oliveira e Costa recebe 800 mil para sair do

■ Acórdão da Relação diz que banqueiro

colocou o dinheiro em contas tituladas

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/
/DIANA RAMOS

Oliveira e Costa recebeu uma indemnização de quase 800 mil euros por ter saído do Grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN)/Banco Português de Negócios (BPN). O banqueiro, que pediu para ser hoje ouvido no Parlamento, saiu do Grupo em Fevereiro de 2008, na sequência de uma reunião, na qual os principais accionistas decidiram afastá-lo, e colocou o dinheiro em contas onde não tinha intervenção, a fim de preparar uma eventual fuga para o estrangeiro.

A indemnização de Oliveira e Costa é revelada no próprio acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, assinado pelo juiz Carlos Alexandre a 5 de Fevereiro deste ano, que aplicou a Oliveira e Costa três meses de prisão preventiva. Ao fazer alusão à "existência de um perigo de fuga, alicerçado na indiciada existência de meios financeiros colocados no exterior e na organização da vida familiar do arguido, em sede da recente separação de bens, de forma a preparar e facilitar uma possível ausência para o estrangeiro", o acórdão deixa claro que está "comprovado nos autos que o arguido colocou o montante relativo à sua indemnização

Arguido movimentou nove milhões de euros do Banco Insular

pela saída do Grupo, cerca de 800 mil euros, em contas onde não tem intervenção". Ou seja, Oliveira e Costa terá colocado o dinheiro em contas tituladas por outra ou outras pessoas e às quais não tinha acesso directo.

O acórdão, que faz um diagnóstico sobre o 'caso BPN', acusa Oliveira e Costa de ter "liderado a concepção e o desenvolvimento de um esquema de financiamento a sociedades instrumentais, não-residentes, destinadas a servir os interesses do Grupo SLN/BPN, mas também das pessoas

■ Saída.
Oliveira e Costa aceitou sair do Grupo SLN/BPN em reunião com os principais accionistas em 12 de Fevereiro de 2008



MANUEL ANDREIA

dos seus responsáveis, ocultando estratégias de tomada de controlo de accionista e ocultando rendimentos e atribuições patrimoniais sem fundamento e sem manifesto fiscal".

É assim que Oliveira e Costa é acusado de ter

movimentado a descoberto uma conta no Banco Insular, designada 'A1', "para pagamento de impostos e para financiamentos pessoais" em quase nove milhões de euros. Através desta conta, o banqueiro pagou uma dívida fiscal de 880 mil euros. Oliveira e Costa é também acusado de, "através de negócios mantidos com a galeria de arte Filomena Soares e Santos", ter transferido "um milhão de euros para uma conta na Suíça", verbas que tinha conseguido "ocultar nas contas bancárias da mesma sociedade". ■



A 13 de Janeiro, Oliveira Costa foi acompanhado por um guarda. O cenário deverá repetir-se hoje.

Banqueiro usou Carlyle para se manter no grupo

● Oliveira e Costa decidiu fazer uso da venda de parte do capital a angolanos, através da Carlyle, para evitar que os accionistas o afastassem da SLN. O CM sabe que foram trocadas cartas entre a SLN e a Carlyle, e que o então governador do Banco de Angola, Amadeu

Maurício, movimentou o processo. No início de 2008, houve mesmo uma viagem de negócios a Nova Iorque, onde participou o filho de Oliveira Costa. ■

NEGÓCIOS EM TORNO DO BANCO INSULAR

● O Banco Insular (BI) deverá ser hoje um dos temas quentes na Comissão de Inquérito. O BI fazia triangulação com o BPN Cayman e IFI, usando os depósitos destes dois bancos para ceder crédito.

BANCO DE PORTUGAL NA BERLINDA

● O funcionamento da supervisão deverá ser outro dos temas em destaque. Os deputados vão querer saber quando é que o Banco de Portugal começou a questionar o banco sobre o Insular.



COMISSÃO | PORTA ABERTA

Maria de Belém, líder da Comissão de Inquérito ao BPN, disse ao 'CM' que não recebeu qualquer pedido para que a audiência fosse à porta fechada, mas o requerimento pode ser feito hoje



RUÍNA | DANOS DE 248 MILHÕES

Os negócios ruinosos do Grupo SLN/BPN, durante a administração de José Oliveira e Costa, causaram ao Grupo um prejuízo de quase 248 milhões de euros. Alguns estão agora no DCIAP

POR FORA | QUATRO MILHÕES

O BPN pagou de forma irregular, entre 2002 e 2007, mais de quatro milhões de euros a colaboradores e ex-administradores. Francisco Sanches levantou a maior parte do dinheiro

beu BPN

por outras pessoas



SAIBA MAIS

FUNDAÇÃO

O BPN foi fundado em 1993. Oliveira e Costa entrou no banco em 1998 e dirigiu a sua reestruturação, através da criação da Sociedade Lusa de Negócios (SLN).

1800

milhões de euros é o valor do buraco financeiro apurado no BPN, em consequência das irregularidades no património detido pelo banco.

750

milhões de euros é o montante do défice do Banco Insular, segundo o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa. Desse valor, 300 milhões de euros revelaram-se créditos incobráveis.

JARED FINANCE LLC

Oliveira e Costa fez abrir, segundo o acórdão da Relação, uma conta no Banco Insular em nome da Jared Finance LLC, "cujo beneficiário final era a própria SLN". Desta conta saíram quase 32 milhões de euros para compensar os prejuízos das contas de investimento e também verbas para pagar aos administradores, em número.

Filho quis negociar

● José Augusto Oliveira Costa, filho do banqueiro, apresentou em Agosto de 2007 um novo modelo de gestão aos accionistas, para tentar convencê-los a recuar na intenção de afastar o pai da presidência do Grupo. ■

Galeria escondeu dinheiro

■ José Oliveira Costa usou uma galeria de arte de Lisboa para movimentar fundos próprios para o estrangeiro, obtidos por via de negócios ilícitos com a compra e venda de acções das sociedades do grupo SLN/BPN. Estes circuitos de movimentação de dinheiro valeram-lhe a acusação de branqueamento de capitais.

O acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa sustenta que o banqueiro pôs em 2004, através da galeria Filomena Soares e Santos Lda., um milhão de euros numa conta na Suíça, financiada e descoberto pelo Banco Insular. Era através da transacção de pinturas, para a qual a galeria Filomena Soa-



O BPN ficou com quadros de Miró após uma penhora

Verbas eram usadas para comprar acções do Grupo SLN

res e Santos servia de rosto, que Oliveira Costa colocava numa conta no estrangeiro, a coberto de entidades opacas. O juiz do caso, Carlos Alexandre, acredita que este acumular de capitais

fora do País aumenta, por isso, o risco de fuga.

O BPN ficou com quadros de Miró como penhora de créditos dados a um grupo estrangeiro. Francisco Sanches disse na comissão que as dívidas eram, afinal, do BPN. ■

DIRETTOS RESERVADOS

PAPEL DOS GESTORES EM DESTAQUE

● O 'CM' sabe que Oliveira Costa está descontente com os gestores que o acompanharam no banco, pelo que deverá revelar o seu papel nos negócios do Grupo e no recebimento de verbas.

MEIA CENTENA DE OFFSHORES À LUPA

● Os deputados deverão querer esclarecer o funcionamento das offshores no esquema de financiamento do Grupo e de pessoas ligadas a Oliveira Costa. Também o negócio imobiliário estará na mira.



DESTAQUE BPN NO PARLAMENTO



Ex-colaboradores na mira de O

Oliveira Costa promete romper o silêncio da primeira sessão. Na audição de hoje no Parlamento, ex-co

Lígia Simões
e Sandra Almeida Simões
lsimoes@economicasgps.com

José Oliveira Costa volta hoje ao Parlamento para exercer o "direito de defesa e do contraditório". Ex-colaboradores directos e também accionistas serão os principais alvos do ex-presidente do grupo Sociedade Lusa de Negócios, na comissão de inquérito ao caso Banco Português de Negócios. Os deputados desta comissão acreditam que na audição, que hoje se inicia às 16 horas numa sessão à porta aberta, o contraditório de Oliveira Costa será centrado junto de todos os que afirmam desconhecer, ou nada ter a ver com algumas operações efectuadas durante a sua gestão.

"Julgamos que Oliveira Costa fará um acto de contrição, uma vez que depois de vários meses recuou na sua posição hermética e irá agora reavivar a memória de alguns depoentes que invocaram

amnésia", referiu Honório Novo. Para o deputado do PCP, o ex-banqueiro irá ainda mais longe: "Os incógnitos, nomeadamente o grupo de accionistas, que prepararam a sua saída, os tais surdos e mudos serão agora os visados. Nomes como Joaquim Coimbra, Almiro Silva, Fernando Cordeiro, entre outros".

No entanto, a verdade é que apesar de todos os partidos terem feito o "trabalho de casa" e preparado um vasto conjunto de perguntas, a declaração inicial de Oliveira Costa poderá condicionar o restante decurso da audição. Alguns deputados receiam mesmo que o ex-banqueiro possa ficar-se apenas pela sua declaração inicial, onde justificará a sua presença com a pretensão de exercer o contraditório. Oliveira Costa terá ontem preparado minuciosamente o seu discurso com o advogado Leonel Gaspar, que passou várias horas no Estabe-

lecimento Prisional de Lisboa.

Em causa estão, sobretudo, temas como a criação do Insular, o banco de Cabo Verde que terá sido utilizado como veículo para transferências e ocultar verbas relacionadas com negócios duvidosos. A aplicação e a utilização dos depósitos dos clientes é outra das prioridades.

Apesar das limitações de estatuto de arguido, que poderão levar o ex-banqueiro a não responder a algumas questões abrangidas pelo segredo de justiça, os deputados ouvidos pelo Diário Económico avançaram que pretendem explorar o envolvimento

A declaração inicial de Oliveira Costa poderá condicionar o restante decurso da audição.

de ex-administradores com Oliveira Costa. Um deputado socialista referiu mesmo que vão ser colocadas questões sobre Dias Loureiro, nomeadamente se o ex-administrador da SLN alguma vez se queixou a Oliveira Costa do modelo de gestão do grupo. Esclarecimentos aguardados também pelo Bloco de Esquerda, avançou João Semedo. "O papel dos ex-gestores num conjunto de actos ilícitos e fraudulentos será um dos temas a bordar", acrescentou. Para além da estratégia de gestão, o papel da supervisão estará também na mira dos grupos parlamentares, lembrou Ricardo Rodrigues, do PS.

O deputado Nuno Melo, do CDS/PP, confessa que "está muito expectante", relembrando a necessidade de esclarecer contradições e ainda a possibilidade de confrontar informações com o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças (audições agendadas para a próxima semana).

O tema das 'off-shores' promete voltar hoje à discussão. Recorde-se aqui que a administração de Miguel Cadilhe lançou a designada "Operação César", destinada a detectar as 'off-shores' escondidas na engenharia financeira do grupo SLN. "Ao todo foram identificadas entre 94 e 96. O último beneficiário não está demonstrado que seja a SLN em seis ou oito dessas sociedades", afirmou, em Fevereiro, na comissão de inquérito, Periquito Costa, um dos quadros da administração Cadilhe que foi responsável por aquele levantamento. Na mesma ocasião, quando questionado se Oliveira Costa seria o único conhecedor das irregularidades detectadas, este responsável respondeu: "Tantas operações e só uma pessoa saber que elas existem, não é fácil...".

A audição do ex-presidente do BPN e SLN decorre de um convite da presidente da comissão de inquérito ao BPN, Maria de Belém. ■

PONTOS-CHAVE

▶ José Oliveira Costa volta hoje ao Parlamento para exercer o "direito de defesa e do contraditório". Ex-colaboradores directos e accionistas serão os principais alvos.

▶ Os grupos parlamentares com assento na comissão de inquérito ao caso BPN equacionam a possibilidade de apresentar um "voto de protesto" contra o Banco de Portugal.

▶ Saiba quais as perguntas que os deputados vão colocar hoje a Oliveira Costa, na sua segunda ida ao Parlamento. Para trás fica o silêncio que marcou a primeira passagem.

Paulo Alexandre Coelho



REGRESSO AO PARLAMENTO

A audição de hoje decorre depois dos vários depoimentos que foram feitos na comissão de inquérito desde a última vez que Oliveira Costa tinha sido chamado. Foi a 13 de Janeiro, tendo na altura recusado falar sobre o caso BPN, alegando o estatuto de arguido.

Investigação ao BPN acelera com banqueiro no Parlamento

A investigação ao BPN prevê que a ida do ex-presidente do banco ao Parlamento precipite a acção da Justiça.

Francisco Teixeira e Sandra Almeida Simões
fteixeira@economicasgps.com

A investigação criminal à gestão de Oliveira e Costa no BPN considera que a ida do ex-administrador do banco à comissão parlamentar de inquérito, numa sessão com os deputados à porta aberta, obriga a Justiça a avançar com as conclusões do seu trabalho.

Ao longo dos últimos meses (principalmente desde Janeiro, a data em que teve início a investigação parlamentar) os investigadores têm, apesar de tudo, conseguido trabalhar longe dos holofotes públicos ao contrário do que tem acontecido, por exemplo, com os dois reguladores financeiros. Uma situação que poderá inverter-se caso Oliveira e Costa decida hoje personalizar acusações contra ex-colegas da administração como ontem escrevia o "Correio da Manhã".

Fonte da investigação disse ao Diário Económico que o pedido de Oliveira e Costa para ser ouvido pelos deputados deverá obrigar a Justiça a "precipitar" a sua acção e o próprio desfecho (mesmo que parcial) do processo judicial em curso.

Oliveira Costa, ex-presidente do BPN e da SLN, detido preventivamente desde 21 de Novembro de 2008, é acusado da prática de vários crimes: fraude fiscal, branqueamento de capitais, burla agravada, falsificação de documentos, abuso de confiança agravada e aquisição ilícita de acções. Ouvido pela primeira vez, na Assembleia da República a 13 de Janeiro invocou o estatuto de arguido para não responder às questões dos deputados. Na altura, tal como o Diário Económico avançou, o ex-secretário de Estado de Cavaco Silva terá sido aconselhado pelos investigadores a não falar com os deputados tendo entrado mudo e saído calado, rodeado por dois guardas prisionais.

Agora, o Diário Económico apurou junto de investigadores que a disponibilidade do ex-banqueiro para debater abertamente com os deputados (na presença de jornalistas) o que aconteceu nos dez anos em que presidiu ao BPN, deverá levar as

Oliveira Costa pediu para falar com os deputados um dia depois de ter visto a prisão preventiva renovada por mais seis meses.

autoridades judiciais a responder prontamente a possíveis suspeitas que o ex-banqueiro levante hoje no Parlamento.

Sendo certo que a equipa que investiga a alegada prática de irregularidades no BPN (os procuradores Cândida Almeida e Róssario Teixeira e o juiz de instrução Carlos Alexandre) defende a manutenção de Oliveira Costa em prisão preventiva - a mais grave medida de coacção. Tendo em conta que poderá provocar distúrbios na investigação, contactando com outros suspeitos, o juiz Carlos Alexandre tem recusado os sistemáticos pedidos da defesa para que Oliveira Costa se mantenha em prisão domiciliar. Apesar do seu debilitado estado de saúde. Desta vez foi o próprio Oliveira Costa que pediu para ser ouvido pelos deputados, um dia depois do juiz Carlos Alexandre ter decretado a sua manutenção em prisão preventiva durante mais seis meses. ■

Voto de protesto contra Vítor Constâncio em discussão na Assembleia da República

Os vários grupos parlamentares com assento na comissão de inquérito ao caso BPN discutiram e debateram a possibilidade de apresentar um "voto de protesto" contra o Banco de Portugal. O objectivo deste voto, a ser votado e assinado pela maioria dos deputados, será a "condenação pública da postura do supervisor", perante a recusa reiterada em levantar o segredo bancário e profissional, apurou o Diário Económico. Esta decisão foi tomada, recentemente, em reunião de coordenadores da comissão. "O voto de protesto pretende sublinhar que a Assembleia da República condena a atitude do Banco de Portugal na recusa do envio da informação solicitada", afirmou o deputado João Semedo do Bloco de Esquerda. No entanto, a verdade é que apesar de todos os partidos contestarem a atitude do BdP, este "voto de protesto" só avançará se tiver o voto favorável do PS. Ricardo Rodrigues disse que vai hoje "discutir o assunto com os restantes deputados do partido, com vista à tomada de uma posição". Honório Novo confirma que "este é um dos assuntos em cima da mesa de discussão", mas garante que o "voto de protesto é um 'fait divers' nesta matéria de levantamento

do sigilo bancário". Recorde-se que o PS decidiu seguir o parecer do juríconsulto Nuno Piçarra, o qual defende que os deputados não precisam de pedir o levantamento do sigilo ao Tribunal da Relação. Hipótese que tinha sido anteriormente considerada pelos deputados da comissão, que consideram a recusa das várias entidades como um bloqueio ao funcionamento dos trabalhos. Aquele juríconsulto acabou por concluir que o Parlamento tem competência por si só para decretar a quebra do sigilo bancário e profissional. A este respeito a presidente da comissão de inquérito ao BPN, Maria de Belém, avançou que "mesmo que houvesse recurso para a Relação, não haveria decisão em tempo útil". Pelo que, conclui, "não faz sentido sobrecarregar os tribunais com actos inúteis (sem consequência prática antes de terminados os trabalhos da comissão)". A alternativa passa por acompanhar o relatório final dos trabalhos da comissão com um projecto de resolução. Com o intuito de ser apresentado e debatido no Plenário, esse projecto deverá conferir o poder inequívoco das comissões de inquérito de levantarem o sigilo bancário. S.A.S. e L.S.

liveira Costa

laboradores e accionistas serão os alvos.

Ex-presidentes atentos à audição

São Bento voltará hoje a ser um alvo de grande aparato mediático. José Oliveira Costa volta hoje à comissão de inquérito ao caso BPN às 16 horas. Mas não serão apenas os meios de comunicação social que estarão atentos às declarações do ex-banqueiro, detido há seis meses. Os ex-presidentes do Banco Português de Negócios e Sociedade Lusa de Negócios, Abdool Vakil e Miguel Cadilhe garantiram ao Diário Económico que também estão expectantes e curiosos. Para Miguel Cadilhe, o último presidente antes da nacionalização, a ida de Oliveira Costa ao Parlamento é "um acto de coragem". Já Vakil, que assumiu a presidência interinamente após a saída de Oliveira Costa do grupo, estará hoje "muito atento". S.A.S.



Miguel Cadilhe Ex-presidente do BPN

"A ida do Dr. Oliveira Costa ao Parlamento é um acto de coragem. Digo apenas isto"



Abdool Vakil Ex-presidente do BPN

"Estamos todos muito expectantes, muito atentos".

DESTAQUE BPN NO PARLAMENTO

O que o ex-líder do BPN vai ter de responder aos deputados

José de Oliveira Costa irá hoje, pela segunda vez este ano, à Assembleia da República.

Sandra Almeida Simões
e Lígia Simões
ssimoes@economicasgps.com

O antigo presidente do BPN esteve na Assembleia da República em Janeiro, altura em que invocou o segredo de justiça para se manter em silêncio. Trinta audições depois, de accionistas, antigos colaboradores e reguladores, Oliveira Costa quer defender-se. E os deputados têm muito para lhe perguntar.

1 DE QUE FORMA FOI USADO E QUE DIMENSÃO TEVE O BANCO INSULAR NO GRUPO?
O Banco Insular terá sido utilizado por Oliveira Costa para ocultar perdas na SLN, para branqueamento, entre outros actos ilícitos.

2 O BPN FUGIU ÀS PERGUNTAS DO BANCO DE PORTUGAL? PRESTOU INFORMAÇÃO FALSA AO SUPERVISOR?

As várias audições da comissão de inquérito revelaram que o BPN não correspondeu, por várias vezes, às solicitações do Banco de Portugal. Abdool Vakil revelou, por exemplo, que, quando chegou, havia 157 pedidos de informação do supervisor sem resposta.

3 QUE PAPEL TIVERAM UM CONJUNTO DE ANTIGOS ADMINISTRADORES NOS ALEGADOS ACTOS ILÍCITOS?
Antigos administradores de Oliveira Costa, como Leonel Mateus, negaram responsabilidades nas ilicitudes que terão alegadamente sido cometidas. Os deputados querem agora saber, afinal, que papel tiveram os restantes elementos da administração nas irregularidades.

4 A GESTÃO DE OLIVEIRA COSTA FOI, DE FACTO, CENTRALIZADORA E FECHADA?
Os vários ex-colaboradores e accionistas que passaram já pelo Parlamento acusam Oliveira Costa de ter tido uma liderança muito centralizadora, sem que desse conta e informasse os seus principais actos de gestão.

5 QUE RELAÇÃO TINHA OLIVEIRA COSTA COM LUÍS CAPRICHOSO NA MONTAGEM DOS ACTOS ILÍCITOS?
Luís Caprichoso, antigo administrador da SLN, foi constituído arguido pelo Banco de Portugal. Apesar das solicitações dos deputados, o gestor tem recusado ir ao Parlamento.

6 OLIVEIRA COSTA SABIA DA REUNIÃO, REALIZADA EM ABRIL DE 2001, ENTRE DIAS LOUREIRO E O ENTÃO VICE-GOVERNADOR DO BANCO DE PORTUGAL?
Os deputados pretendem esclarecer se Oliveira Costa teve conhecimento prévio do encontro, bem como do seu teor após ter ocorrido. António Marta já afirmou que nessa reunião Dias Loureiro terá afirmado que o ex-presidente do BPN se sentia "perseguido" pelo BdP, contrariando a versão do ex-administrador da SLN, segundo a qual garantiu que tinha falado com António Marta com o objetivo de alertar o supervisor para a necessidade de ter especial atenção com o BPN.

7 DIAS LOUREIRO CONFIAVA NA GESTÃO DE OLIVEIRA COSTA OU ALGUMA VEZ SE QUEIXOU AO EX-RESPONSÁVEL DO GRUPO?
Na reunião com António Marta, o antigo ministro da Administração Interna alertou para o modelo de gestão da SLN, chegando a afirmar que o deixava "intranquilo". Este é um dos pontos que a Comissão de Inquérito pretende ver esclarecido.

8 FORAM OU NÃO USADOS DEPÓSITOS DE CLIENTES PARA PAGAR A ADMINISTRADORES DA SLN?
As audições da comissão parlamentar de inquérito trouxeram ao de cima a suspeita de que foram utilizados depósitos de clientes para pagar prémios a antigos administradores da SLN, que se dirigiam aos balcões do BPN e obtinham, em "cash", as referidas remunerações. ■



Os ex-colaboradores e accionistas acusam Oliveira Costa de ter tido uma liderança muito centralizadora.

AS SOLUÇÕES PARA O BPN

Venda em bloco do banco

O ministro das Finanças admitiu pela primeira vez, na semana passada, que o Governo deverá vender o BPN, devolvendo-o ao sector privado. São várias as incógnitas sobre a forma como a alienação se irá desenrolar. Melhor calendário, forma de venda e a definição do que será exactamente alienado são algumas das questões por definir.

Integração na Caixa Geral de Depósitos

Passou já para segunda escolha mas ainda é uma hipótese em aberto. Se as Finanças perceberem, do contacto com eventuais interessados, que não conseguirá vender o BPN em condições minimamente satisfatórias, face ao que foi despendido pelo Estado, a integração do BPN na CGD poderá ainda, no limite, ser equacionada.

Manutenção do BPN autónomo

Esta foi outra das alternativas apresentadas pela administração de Francisco Bandeira ao Governo: a manutenção do BPN enquanto instituição autónoma, dentro do universo Estado. Não necessariamente indefinidamente mas, pelo menos, até que o momento dos mercados financeiros melhore, o que pode ainda demorar algum tempo.

EX-DEPUTADO LARANJA GANHOU 600 MIL EUROS NUMA ÚNICA VENDA

Loureiro fez fortuna com saída do BPN

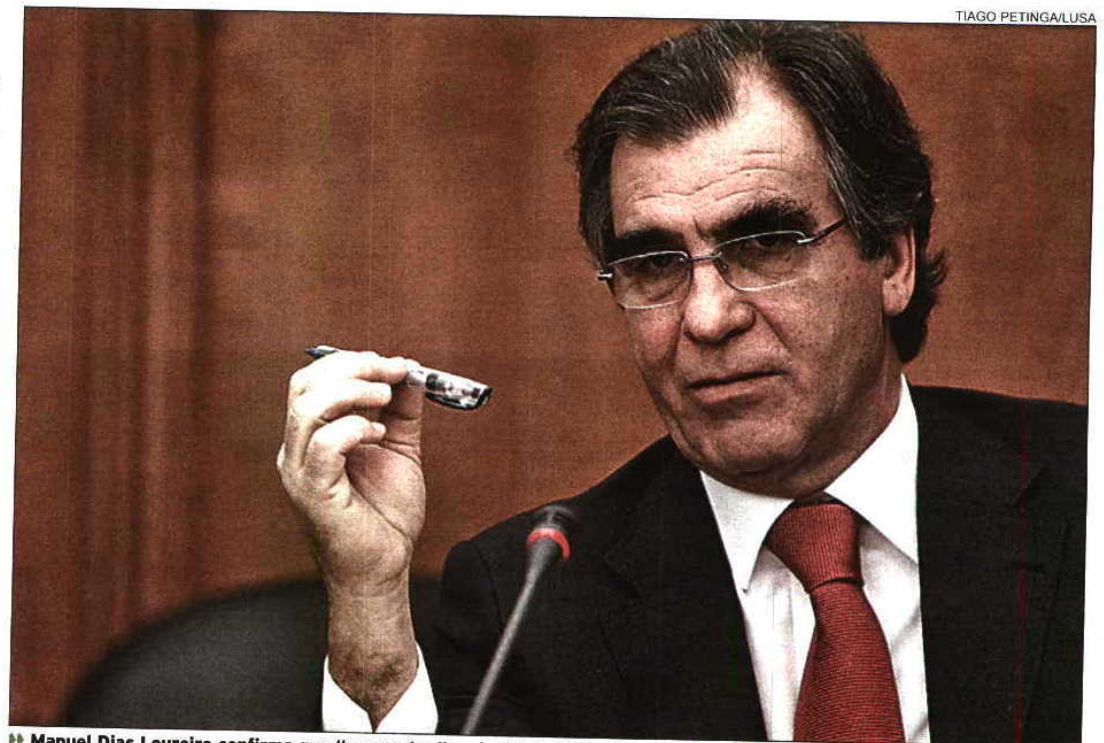
■ TEXTO ■ RICARDO VILHENA

O conselheiro de Cavaco Silva Manuel Dias Loureiro vendeu as suas ações do grupo Sociedade Portuguesa de Negócios (SLN) – que detinha o Banco Português de Negócios (BPN) – por 7,1 milhões de euros, lucrou cerca de 600 mil euros com o negócio e meteu o dinheiro todo na empresa de consultoria DL, que lhe pertence, com sede no Estoril.

A 28 de Maio de 2002, o então deputado do PSD declarou ao Tribunal Constitucional (TC) ter uma conta à ordem no BPN com 7.142.642,15 euros e escreveu à mão, com a sua letra de advogado, a proveniência do dinheiro: "Produto de venda das minhas ações no Grupo BPN [SLN] à espera de aplicação".

As ações tinham sido compradas por 6,5 milhões de euros em 2001, depois de a Sociedade Lusa de Negócios, de Oliveira e Costa, ter comprado a Plêiade, por cerca de 55 milhões de euros, dos quais 8,25 milhões foram para pagar a Dias Loureiro – que tinha uma participação nesta empresa de José Roquette, ex-presidente do Sporting. Isto significa que Dias Loureiro lucrou mais de meio milhão de euros com a venda das ações.

O negócio coincide com a saída de Dias Loureiro da administração da BPN – SGPS, SA. De acordo com os Relatórios e Contas do BPN de 2001 e 2002, Loureiro entrou para o conselho de administração da SGPS do banco então presidido por Oliveira e Costa a 30 de Novembro de 2001 (substituindo José Espírito Santo) e saiu em 2 de Setembro de 2002, dando o lugar a



TIAGO PETINGA/LUSA

► Manuel Dias Loureiro confirma que "empréstou" mais de 7 milhões à sua própria empresa de consultoria

João Manso Neto. Acabaria por ficar no grupo SLN como administrador não executivo até 2005.

"Algo da vida normal"

O advogado entrega nova declaração ao TC em Março de 2005 (rendimentos relativos ao ano anterior). Na rubrica onde devem constar os direitos de crédito de valor superior a 50 salários mínimos nacionais, Dias Loureiro escreve: "Suprimentos à empresa DL (empresa familiar), no montante de 7.306.999,63 euros". Trata-se de uma empresa de consultoria, que preside desde 1998 e da qual detém uma quota de 48%.

Dias Loureiro confirma ao *24horas* o empréstimo à sua organização sediada no Estoril: "São suprimentos que fiz à empresa porque a empresa precisava de comprar algumas coisas. É algo que faz parte da vida normal da empresa."

Loureiro renuncia ao cargo de deputado em 2006 para ocupar o cargo de conselheiro de Estado, depois de aceitar o convite do Presidente da República, Cavaco Silva, para ocupar o cargo. A renúncia deu origem a outra declaração, relativa aos rendimentos de 2005, onde declara que a empresa DL lhe deve, relativamente a estes suprimentos, era 6.145.771,24 euros. ►

Oliveira e Costa fala hoje

Oliveira e Costa, ex-presidente do BPN, vai ser ouvido hoje, pelas 16h00, no Parlamento pelos deputados que compõem a Comissão de Inquérito sobre o banco. A audição surge a pedido do próprio, em carta enviada à líder da Comissão, a socialista Maria de Belém Roseira, requerendo o direito de defesa e contraditório. Em Janeiro, Oliveira e Costa remetera-se ao silêncio.

Pedro Adão e Silva
Professor universitário



O espelho do BPN

Há seis meses, escrevi aqui que tinha reservas quanto à criação da comissão de inquérito ao BPN. Acima de tudo, porque, por um lado, podia estar apenas a ser aberto um circo mediático e, por outro, porque os trabalhos da comissão não se centrariam nos motivos invocados para a sua constituição - a avaliação do papel da supervisão e as razões para a nacionalização do BPN -, mas, evoluiriam para uma apreciação dos actos de gestão praticados no banco. Ora, se assim fosse, estaríamos perante uma sobreposição entre a investigação que deveria decorrer na justiça e a actividade parlamentar. Além do mais, os deputados colocar-se-iam numa posição desigual face à do Ministério Público, pois não só os depoentes não seriam obrigados a dizer o que quer que fosse, como os deputados não tinham poderes especiais de investigação.

Seis meses passados, é evidente que os trabalhos da comissão se têm centrado na gestão do BPN e têm servido para revelar que a realidade do funcionamento do banco ultrapassava as mais delirantes suposições. Contabilidade paralela, balcões virtuais, ilegalidade puras, negócios ruins, desconhecimento pelos accionistas do que era feito na gestão, temos ouvido descrições de tudo. Essencialmente, tem sido espantosa a candura com que alguns dos depoentes descrevem o seu papel em todo o processo. Sobre muitos dos que têm ido depor, fica, até agora, uma dúvida: ou estamos perante campeões da ingenuidade ou vigaristas encartados. Ao contrário do que eu esperava, se bem que se tenha desviado do que era o seu propósito inicial, a comissão de inquérito tem sido muito útil na revelação do caos que imperava no BPN. No entanto, o sucesso da comissão de inquérito ao BPN, apesar de exemplar das virtudes do parlamentarismo, não é motivo para satisfação. Pelo contrário, ele revela, uma vez mais, o falhanço do sistema de Justiça em Portugal.

O sucesso da comissão ao BPN não é motivo para satisfação. Revela o falhanço do sistema de Justiça.

A menos que algo de surpreendente se esteja a passar na discricção da investigação (algo improvável tendo em conta o tratamento de que é alvo o segredo de justiça entre nós), há sinais de que, em seis meses, se progrediu mais numa comissão de inquérito do que no processo que decorre na Justiça. Agora, o mínimo que se pode esperar é que a Justiça seja capaz de aproveitar o trabalho parlamentar e produzir prova a partir dos factos relatados na comissão.

Neste contexto, aquilo a que vamos assistir hoje com o depoimento de Oliveira e Costa não vai ser certamente bonito. Acareações em público, em que se trocam acusações mútuas, podem servir para ajudar a apurar as responsabilidades do que ocorreu no BPN, mas seria preferível que elas ocorressem no recato dos depoimentos prestados no Ministério Público. Mas convém ter cuidado, porque pedir à Justiça que faça o seu trabalho e em tempo útil é capaz de ser interpretado como uma pressão sobre o sistema judicial. ■

Uma audição que pode "recuperar amnésias"

Inquérito. Oliveira Costa, antigo administrador do BPN e único arguido neste caso, vai hoje ao Parlamento e desta vez com intenção de falar. Uma sessão que poderá esclarecer as contradições entre os anteriores inquiridos, caso de Dias Loureiro

■ SUSETE FRANCISCO

"Deve andar muita gente preocupada." A frase é de um dos deputados que integra a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN e resume a expectativa que envolve hoje a audição de José Oliveira Costa. Antigo presidente da SLN e do BPN, até agora o único arguido no âmbito deste processo, Oliveira Costa é uma figura chave para esclarecer o que se passou no Banco Português de Negócios – que acabou nacionalizado, com um "buraco" de 1,7 mil milhões.

Entre os parlamentares da comissão há uma expectativa comum – que Oliveira Costa vá hoje ao Parlamento "avivar a memória" a alguns dos nomes que por lá passaram. "Algumas das pessoas que foram depor quase brincaram connosco, estavam nitidamente a mentir, mas não tínhamos hipótese de os contradizer. Pode ser que a partir de amanhã [hoje] tenhamos", afirmou ao DN o socialista Ricardo Rodrigues.

Honório Novo, do PCR, diz esperar que "aqueles que tiveram fortíssimas amnésias na comissão sejam ajudados a recuperar". E al-

guns em particular – "Nem só da responsabilidade de directores-gerais e administradores viveu esta rede. Tenho para mim que muitos accionistas a conheciam e beneficiaram dela".

Pelo CDS, Nuno Melo sublinha que Oliveira Costa é uma "testemunha privilegiada". "Sabe tudo do BPN, das relações com a supervisão, em certos aspectos mesmo da nacionalização do banco", refere, acrescentando que a comissão "vai fechar com chave de ouro" – depois de Oliveira Costa, serão ouvidos (na próxima semana) o governador do Banco de Portugal

(BdP), Vitor Constâncio, e o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos.

Hugo Velosa, pelo PSD, lembra que é difícil antecipar o que poderá sair da audição de hoje, na medida em

que Oliveira Costa poderá deixar muitas questões sem resposta, invocando segredo de Justiça. O social-democrata aponta também para o esclarecimento do papel de supervisão do BdP em todo o processo, e diz esperar que se faça "maior clareza" sobre a gestão do banco, nomeadamente se se está perante a "responsabilidade de



Oliveira Costa estará hoje, pela segunda vez, no Parlamento

Auxiliares "cegos, surdos e mudos"

Oliveira Costa terá referido a pessoas próximas que os seus colaboradores no BPN foram escolhidos por serem "leais e competentes", mas que se têm revelado "cegos, surdos e mudos". O "desabafo" foi revelado pelo *Correio da Manhã* e indicia que Oliveira Costa se prepara para **esclarecer alguns "esquecimentos"**. Falta saber em que formato: só hoje se saberá se faz apenas uma declaração ou se responderá a perguntas.

um homem só ou de várias pessoas". Já o bloquista João Semedo sublinha que, "perante a estratégia de desresponsabilização a que se assistiu", espera ver clarificado o "papel de outros administradores e de accionistas de referência".

Com as relações com o Banco Insular e com o BdP em cima da mesa, um nome que não deixará também de ser referido (nem que seja apenas nas perguntas) é o de Dias Loureiro. Quer no que se refere aos negócios da SLN em Porto Rico, quer em relação ao alerta que o conselheiro de Estado diz ter feito ao BdP. Declarações que António Marta, vice-governador do banco, veio contradizer. ■

A Cor do Dinheiro



CAMILO LOURENÇO

**BPN:
zangam-se as
comadres...?**

Oliveira e Costa vai hoje à comissão parlamentar que investiga o BPN dizer de sua justiça. A sua decisão (da primeira vez negou-se a falar) pode ter várias interpretações: agora que todos falaram, quer dar a sua versão dos acontecimentos; está cansado de ser o único preso (ainda que em prisão preventiva) deste processo; está muito aborrecido com o comportamento de gente próxima que, ao depor, revelou sofrer de profunda "amnesite aguda".

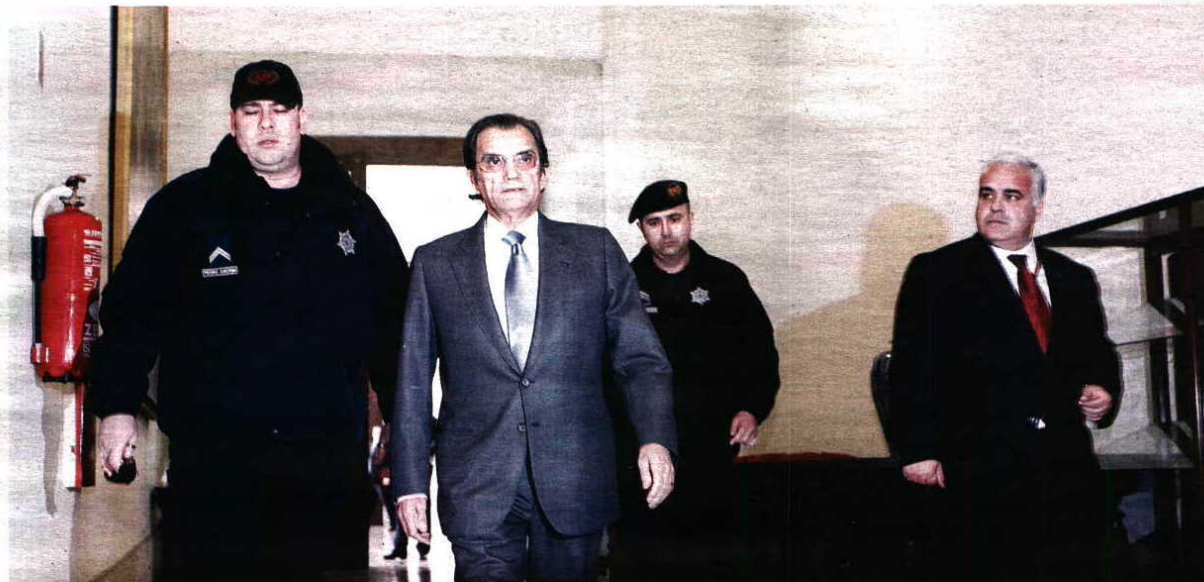
Não custa adivinhar a intenção do antigo Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (os comentários que se ouvem na Comissão e em outros círculos não deixam muitas dúvidas...): tendo comandado com estilo imperial o BPN, conhece como ninguém as ilegalidades, as cumplicidades, os compradrios e outras coisas feias que por ali aconteceram. E, por isso, deve ter muita vontade de ajustar contas com alguns dos protagonistas que agora dizem não ter visto ou ouvido nada.

Será, por isso, de esperar grandes revelações? Não é seguro. Porque Oliveira e Costa pode estar a colocar pressão sobre quem o tentou deixar cair, para dessa forma pressionar pessoas com poder (que têm muito a perder com este processo, até a nível político) para que encontrem uma solução para o seu caso. Uma solução que passe por deixar ficar tudo em águas de balcão (muito difícil de imaginar depois de tudo o que já veio a lume) ou, na pior das hipóteses, apanhar uma pena leve. Chocado, caro leitor? Olhe que não seria coisa inédita em Portugal.

CASO BPN

Oliveira Costa tem de dizer se Bdp foi diligente ou negligente

Pedro Elias



José de Oliveira Costa | Em Fevereiro, o antigo presidente do BPN recusou prestar declarações aos deputados. Hoje, volta ao Parlamento escoltado pela polícia.

Deputados querem questionar ex-líder do BPN sobre a actuação da supervisão. Resta saber se Oliveira Costa vai responder a perguntas ou só ler uma declaração

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

“Queremos saber se o Banco de Portugal (BdP) actuava diligentemente e quais as relações entre o Banco Português de Negócios (BPN)” e o supervisor. A pretensão expressa por Hugo Velosa, do PSD, resume a preocupação fundamental da maioria dos deputados na audição desta tarde a José de Oliveira Costa, na comissão parlamentar de inquérito à nacionalização do BPN.

Para João Semedo, do Bloco de Esquerda, as relações entre o banco e o BdP “são um aspecto muito importante” do depoimento. O regresso de Oliveira Costa ao Parlamento abre a porta a que se “perceba se houve uma estratégia de ocultação por parte do BPN ou se houve negligência do supervisor”.

Esta e outras questões só serão colocadas caso o ex-presidente do banco nacionalizado em Novembro aceite responder a perguntas dos deputados. A única certeza dos deputados é que Oliveira Costa, que está em prisão preventiva desde o ano passado, vai marcar presença na comissão de inquérito. A maio-

ria receia mesmo que o gestor se limite a ler uma declaração inicial, recusando responder a questões.

Honório Novo, do PCP, está confiante que poderá fazer perguntas a Oliveira Costa. O deputado comunista acredita que, se o antigo presidente do BPN se ofereceu para regressar ao Parlamento – depois de em Fevereiro ter alegado a qualidade de arguido para não prestar declarações –, deverá estar disponível para prestar esclarecimentos “abrangentes”.

Se tiver oportunidade de colocar questões, Honório Novo promete abordar todos os temas, “desde a compra da Fincor e da venda do Insular à saída de Oliveira Costa do grupo, em Fevereiro do ano passado”. Uma das principais preocupações do deputado será perceber “qual o papel dos accionistas de referência” que, na sua opinião, “têm passado à margem” do apuramento de responsabilidades.

O PCP deseja ainda que o antigo presidente do BPN se pronuncie sobre a decisão do Governo de nacionalizar o banco, uma decisão que também afectou o ex-presidente, na medida em que Oliveira Costa é um

dos maiores accionistas individuais da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), ex-proprietária do BPN.

Dias Loureiro e antigos gestores voltam a estar na berlinda

Apesar de prometerem concentrar esforços nos temas centrais da comissão de inquérito, os deputados também vão aproveitar para tentar esclarecer qual o nível de responsabilidade de antigos colaboradores de Oliveira Costa. E até alguns temas mais laterais.

Leonor Coutinho, do PS, pretende questionar o gestor sobre a célebre reunião de Manuel Dias Loureiro com o antigo vice-governador do BdP, António Marta. “Oliveira Costa pode esclarecer se foi avisado por Dias Loureiro do encontro”. Caso tenha sido alertado, a lógica aponta para que o ex-administrador da SLN não tenha ido ao supervisor criticar a gestão de Oliveira Costa, como tem alegado Marta.

Os deputados pretendem ainda colocar questões sobre o envolvimento de outros antigos gestores nas irregularidades cometidas no BPN ou sobre os negócios de Porto Rico.

Quero saber qual o papel dos accionistas de referência que têm passado à margem deste caso.

HONÓRIO NOVO
Deputado do PCP

ACUSAÇÕES AO ANTIGO LÍDER DO BPN

EX-COLABORADORES DE OLIVEIRA COSTA ATIRARAM PARA CIMA DO GESTOR QUASE TODAS AS RESPONSABILIDADES PELO PROBLEMA DO BANCO

Centralizar decisões sobre todas as irregularidades

A maioria dos colaboradores do BPN e da SLN que já passaram pela comissão têm acusado Oliveira Costa de ser o principal responsável pelas decisões referentes a diversas irregularidades. Terá sido o antigo líder quem combinou a falsa transferência de propriedade do Insular para José Vaz Mascarenhas, segundo relatou este antigo responsável pelo banco cabo-verdiano. Foi Oliveira Costa quem se comprometeu a comprar a empresa de Fernando Fantasia, que comprou os terrenos de Rio Frio. Foi o antigo presidente que fez questão de comprar a empresa porto-riquenha, contra a opinião dos técnicos.

Censurar os relatórios de auditoria interna

Segundo António Franco, antigo director de operações do BPN, Oliveira Costa censurou relatórios feitos pela auditoria interna do banco, sempre que estes chamavam a atenção para o facto de algo estar menos bem. “Estive presente em situações em que Oliveira Costa pediu ao director de auditoria interna para corrigir relatórios”, afirmou aquele responsável no Parlamento.

Ocultar informação à supervisão

Tanto o vice-governador do Banco de Portugal (BdP), Pedro Duarte Neves, como o antigo presidente interino do BPN, Abdool Vakil, afirmaram no Parlamento que Oliveira Costa ocultou informação à supervisão. O antigo presidente foi ainda acusado de atrasar o envio de respostas incompletas às questões do BdP.



Oliveira e Costa deve dizer quem sabia dos negócios

Deputados querem nomes de gestores e accionistas e o que foi revelado ao Banco de Portugal

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

Se hoje na audição parlamentar, o ex-presidente do BPN não evocar o segredo de Justiça, as perguntas irão recair sobre contradições e silêncios de accionistas e antigos administradores que afirmaram desconhecer operações suspeitas. José Oliveira e Costa estará esta tarde no Parlamento, onde fará uma declaração aos deputados da comissão de inquérito ao BPN (Banco Português de Negócios), mas se aceitar responder - o que não fez quando esteve na mesma comissão, em 13 de Janeiro - será-lhe pedido que revele o nome de administradores e accionistas que sabiam das operações de especulação imobiliária e das operações do Banco Insular (BI) de Cabo Verde.

Os deputados - em especial os do CDS-PP, BE e PCP - desejam descortinar quem participou na criação das 98 "off-shores" do BPN e quantas reuniões houve com o Banco de Portugal (BP), cujo governador Vítor Constâncio irá amanhã de manhã ao Parlamento, mas para ser ouvido na comissão de Orçamento e Finanças.

"Interessa-nos saber tudo o que respeita à regulação e às relações com o BP, o que foi escondido e o que foi inépcia do BP, se houve a reunião entre Dias Loureiro e António Marta e se foi pré-avisado", aponta João Semedo, do BE.

O mesmo pretende o social-democrata Hugo Veloso, alegando que Oliveira e Costa "seria o interlocutor junto do BP e pode esclarecer o que BP não fez".

"Apurar a responsabilidade nas decisões de outros administradores e accionistas que têm seguido uma estratégia de desresponsabilização", concretiza o bloquista, aludindo a Dias Loureiro e a Luís Caprichoso "que saiu com uma indemnização choruda" e que, na comissão também alegou a condição de arguido para nada dizer.

O BE pretende também indagar sobre a operação em Porto Rico, as transações do BI e se auditores, revisores e técnicos de contas



Ex-presidente do BPN pediu e será ouvido esta tarde no Parlamento onde se espera que forneça dados sobre a responsabilidade decisória de outros ex-administradores

Juiz renovou prisão preventiva ao fim de seis meses

O antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN) e da Sociedade Lusa de Negócios está detido há seis meses. O juiz Carlos Alexandre deferiu na passada semana um requerimento para ser declarada a "excepcional complexidade" do processo. A decisão foi tomada no dia em que se completavam seis meses após a detenção do banqueiro. José Oliveira e Costa, até agora o único detido no "caso BPN", poderá ficar em prisão preventiva até ao próximo dia 21 de Novembro de 2009.

Esta "excepcional complexidade" obriga o Ministério Público a

deduzir a acusação ao fim de um ano da prisão preventiva do arguido, e não nos seis meses que agora se completaram. José Oliveira e Costa está a ser investigado pela justiça por suspeitas de que tenha cometido crimes de administração danosa, fraude qualificada, burla e falsificação dos documentos. Hoje será a segunda vez que José Oliveira e Costa se desloca à Assembleia da República para ser ouvido. No dia 13 de Janeiro, recusou responder às questões dos deputados, invocando o seu estatuto de arguido.

tiveram instruções para efectuar uma cosmética contabilística.

Nuno Melo (CDS-PP) guarda para a audição argumentos ainda não usados e os resultantes das "contradições" em depoimentos anteriores. Podendo evocar de

Oliveira Costa está em prisão preventiva há seis meses. Vai sair para ir ao Parlamento. Mas volta

novo o estatuto de arguido ou o segredo judicial para não falar, o deputado crê que o administrador "sabe muito bem o que vai fazer e sobre quem quer falar". Até por haver quem queira "passar a ideia de que o que se passou no BPN foi

obra de um homem só e não foi".

Também Ricardo Rodrigues do PS refere os administradores e accionistas "que disseram não saber de nada", frisando que o auditado "pode dizer quem sabia o quê".

Para Honório Novo, do PCP, o inquirido "vai certamente esclarecer quem da sua equipa, além de leal e competente, sofreu nestes últimos meses uma forte dose de amnésia e quem são os que ficaram cegos, surdos e mudos".

O PCP quer também saber "se o núcleo duro dos accionistas que preparam a sua saída - como Joaquim Coimbra, Fernando Cordeiro e Almiro Silva já ouvidos pela comissão - sabia de todos os negócios". As 12 horas, dará uma conferência de Imprensa sobre o segredo bancário e as obstruções do BP à investigação parlamentar. ■



Caso BPN



AMNÉSIA É SÓ PARA ALGUNS
LUÍS ANICETO

A defesa de José Oliveira e Costa tem vindo a alertar para o débil estado de saúde do antigo patrão do BPN, destacando os 73 anos do banqueiro e o desgaste físico a que tem sido submetido desde que está preso no Estabelecimento Prisional da PJ. Contudo, Oliveira e Costa deve hoje mostrar que, esquecido, não está

Oliveira e Costa abre o jogo e denuncia os “ex-amigos”

Antigo presidente do BPN vai hoje ao Parlamento **esclarecer para onde foi o dinheiro e defender-se das acusações dos seus antigos colaboradores**, sobretudo de Luís Caprichoso e de Dias Loureiro

POR: RAQUEL MADUREIRA
rmadureira@meiahora.pt

O ex-presidente do BPN e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) volta hoje à comissão de inquérito ao caso BPN, a seu pedido, para dizer o que em Janeiro se recusou a dizer. José Oliveira e Costa, o único arguido do caso, já ameaçou que é desta que mete a boca no trombone.

A 13 de Janeiro, na primeira ida à Assembleia da República, o antigo patrão do BPN refugiou-se no estatuto de arguido para se recusar a falar. Nessa altura, Oliveira e Costa encontrava-se já em prisão preventiva, acusado de fraude qualificada, burla e falsificação de documentos.

Reviravolta. Desta vez, o ex-banqueiro vai à comissão de inquérito ao caso BPN a seu pedido, depois de ter escrito uma carta a Maria de Belém – a deputada socialista que lidera aquela comissão –

onde se disponibilizava para “exercer o contraditório numa sessão à porta aberta”.

Oliveira e Costa, que se encontra detido preventivamente desde Novembro de 2008, deverá hoje defender-se de acusações que têm sido levantadas de forma contraditória pelos diferentes depoimentos que já tiveram lugar no âmbito do caso.

Defesa. Pela cadeia onde Oliveira e Costa se vai sentar hoje, já passaram ex-adminis-

✶ Entra e sai

Comissão parlamentar ouviu até ao momento 52 pessoas

- Dias Loureiro, ex-administrador da SLN (duas vezes)
- José Vaz de Mascarenhas, presidente do Banco Insular (duas vezes)
- Abdool Vakil, ex-administrador da SLN
- António Franco, ex-presidente interino do BPN (duas vezes)

tradores do BPN/SLN, como Dias Loureiro, accionistas e ainda quadros intermédios.

O momento alto da audição deverá ser aquele em que Oliveira e Costa deverá denunciar os seus ex-colabora-

Prisão preventiva do banqueiro foi prolongada até 21 de Novembro

dores, particularmente Luís Caprichoso e Dias Loureiro, com quem mantinha, aliás, uma relação de amizade.

Traições. Segundo o *Correio da Manhã*, o ex-presidente do BPN diz-se traído e deverá hoje revelar os “prémios” que pagou a Caprichoso – que o acompanhou durante 25 anos – e ao conselheiro de Estado, que no Parlamento revelou alguns “esquecimentos”.

Luís Caprichoso foi o único que se recusou a prestar de-

poimentos na comissão parlamentar, usando como argumento o estatuto de arguido.

As perguntas dos deputados terão como principal objectivo apurar se a supervisão do BPN pelo Banco de Portugal foi, ou não, negligente. O “buraco” de 1,7 milhões de euros

que apontavam para a existência de operações virtuais feitas por um banco que formalmente era desconhecido das autoridades e que funcionava ao lado do BPN.

Mais tarde acabou por se descobrir que se tratava do Banco Insular, com sede em

Três em um

“Fiquei a saber que [os ex-colaboradores] são todos cegos, surdos e mudos”

OLIVEIRA E COSTA, SEGUNDO FONTE CITADA PELO CORREIO DA MANHÃ

descoberto no BPN é ainda uma incógnita, no momento em que o Estado ainda está a avaliar o que vai fazer depois de ter optado pela nacionalização do banco.

De recordar que as investigações resultaram de denúncias do próprio Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários,

Cabo Verde, que era controlado pelo BPN através de uma sociedade *off-shore*.

Segredo de justiça. A audição está marcada para as 16h e, apesar da ameaça de revelações bombásticas, o ex-homem forte do BPN pode não responder a questões abrangidas pelo segredo de justiça.



Oliveira Costa, quando a 13 de Janeiro foi chamado ao Parlamento. Na altura, o antigo presidente do BPN invocou o estatuto de arquiado para não falar.

Oliveira Costa responde amanhã às dúvidas dos deputados sobre o caso

O ex-presidente do BPN e da SLN deverá ser questionado sobre o Banco Insular e as relações com o

Bárbara Barroso e Sandra Almeida Simões
bbarroso@economicasgpps.com

O antigo presidente do BPN e da SLN, Oliveira Costa, vai amanhã à comissão de inquérito ao caso BPN. Oliveira Costa, o único arquiado do caso, aceitou o convite da presidente da comissão, Maria de Belém, mostrando-se disponível para voltar à Assembleia da República, porque querará defender-se das acusações que lhe têm sido feitas ao longo do processo de audições.

O Banco Insular, a relação com o Banco de Portugal e com Dias Loureiro, assim como o "buraco" de 1,7 mil milhões de euros serão alguns dos temas-quentes que irão marcar a audição. Tendo sido o próprio patrão do BPN a mostrar disponibilidade para falar é esperado que Oliveira Costa adiante pormenores

O antigo presidente do BPN poderá não responder a algumas questões, por estarem abrangidas pelo segredo de justiça.

relevantes para o processo. No entanto, dado o estatuto de arquiado, o ex-banqueiro poderá não responder a algumas questões por estarem abrangidas pelo segredo de justiça.

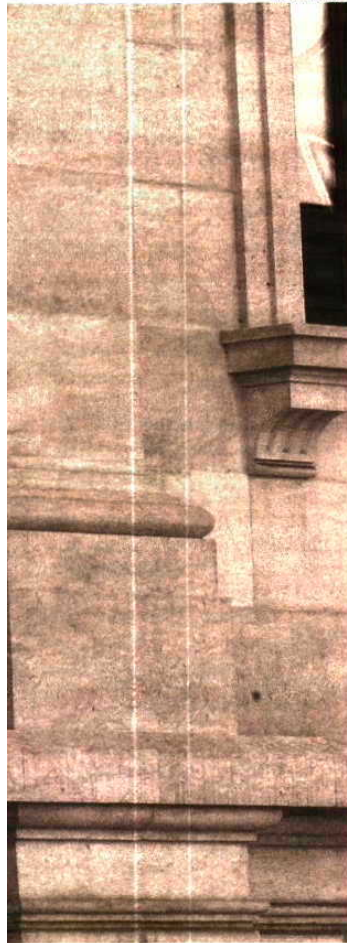
A relação com o supervisor é um dos temas mais controversos. Oliveira Costa será certamente questionado sobre se Banco de Portugal teve um papel activo na investigação, ou se foi o BPN que ludibriou as informações ao supervisor, nomeadamente com a prestação de informações falsas. As respostas a este assunto serão determinantes para a evolução do processo e das audições seguintes, sobretudo quando na próxima semana será a vez do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio e de Teixeira dos Santos, ministro das Finanças a serem ouvidos pela comissão. A relação com Dias Loureiro, Conselheiro de Estado, será também

um assuntos em foque. Quando foi ouvido pela comissão, Dias Loureiro adiantou ter reunido com o vice-presidente do Banco de Portugal, António Marta, para demonstrar a sua preocupação com o modelo de gestão protagonizado por Oliveira Costa na "holding" que detinha um banco. O Conselheiro de Estado acusou, tal como outros responsáveis, o ex-banqueiro de centralizar todas as informações e de não se aconselhar na tomada de decisões. Uma prática que Dias Loureiro considerava anormal num grupo que detinha um banco. Os deputados irão pedir a Oliveira Costa que esclareça se Dias Loureiro o avisou, ou não, da reunião que o Conselheiro de Estado iria ter com António Marta, assim como o resultado da mesma. Além disso, a comissão de inquérito deverá confrontar o antigo patrão do BPN sobre se este tinha

conhecimento ou indícios de que alguns administradores estavam insatisfeitos com o modelo de gestão. O Banco Insular é outro dos pontos importantes. Isto porque, o banco de Cabo Verde terá sido utilizado como veículo para transferências de verbas relacionadas com negócios duvidosos. De acordo com o depoimento de vários ex-administradores da SLN e do BPN, o Banco Insular não era do conhecimento de um núcleo tão restrito como se pensava inicialmente. Os prejuízos de 1,7 mil milhões de euros e o interesse de potenciais compradores do BPN serão outros dos assuntos em cima da mesa.

É esperado que Oliveira Costa amanhã na comissão de inquérito faça uma declaração inicial, em defesa do seu nome, em resposta às acusações que lhe têm sido feitas por outros ex-administradores. ■

Paula Nunes



BPN

Banco de Portugal.

Buraco de 1,7 mil milhões no BPN

O BPN registou, no ano passado, cerca de 500 milhões de euros, de prejuízos, uma consequência dos 1,7 mil milhões de euros de imparidades verificados no final do exercício. Estas imparidades resultam sobretudo de perdas de créditos do BPN, Banco Insular, BPN Cayman e no BPN IFI (Cabo Verde). Na assembleia-geral, que se realiza nesta quinta-feira, o Estado deverá aprovar as contas do BPN, o que permitirá ter um retrato fiel da situação do no banco e partir para uma decisão. O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, já adiantou que o futuro do banco deverá passar pela venda. Mas só na primeira quinzena de Junho é que deverá ser conhecido o rumo do BPN. **M.A.B.**



EDITORIAL

Nada deve ficar por esclarecer no BPN

Esta semana será de certeza marcada pelos acontecimentos no BPN. Amanhã, Oliveira Costa, antigo responsável máximo do banco, volta ao Parlamento para dar as suas explicações. Na quinta-feira, as contas de 2008 devem ser aprovadas pelo novo accionista Estado. E, tal como noticiou o Semanário Económico, o buraco financeiro deverá ficar fechado em 1,7 mil milhões de euros.

Este número espelha bem as asneiras que foram feitas no BPN. Algumas delas, tudo indica, passam para lá da linha da legalidade. A última palavra será dos tribunais mas as suspeitas indiciam que houve matéria criminal no BPN. É por isto que nada deve ficar por esclarecer neste caso negro para a banca nacional.

Há um activo essencial para o sistema financeiro poder funcionar: confiança. Por isto, não podem haver suspeitas a pairar. E é preciso separar as águas e penalizar as maçãs podres de forma exemplar. Há problemas na banca portuguesa que não resultam da crise, nascem da acção de maus banqueiros. Ao contrário do esperado inicialmente, a comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN tem tido vários méritos. Recolheu mais documentação enviada para a justiça e contribuiu para sublinhar uma questão importante: o sistema de supervisão está longe de ser perfeito e eficiente. Com o regresso de Oliveira Costa à Assembleia da República, vai ter um obstáculo: evitar que a confusão mediática passe para a frente do apuramento da verdade.

ACTUALIDADE I

CASO
BPN

BANCA ■ EX-PRESIDENTE DO BPN QUER ESCLARECER PARA ONDE FOI O DINHEIRO

Oliveira e Costa conta o pagou a colaboradores

■ Luís Caprichoso recebeu mais de 687 mil euros isentos de impostos e de contribuições para a

● EDUARDO DÁMASO/
/ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Receberam milhões em prémios e regalias pagos em paraísos fiscais e agora estão todos “cegos, surdos e mudos”. Oliveira e Costa tem esta linha de defesa e de contraditório para apresentar amanhã, na Assembleia da República, contra os seus antigos colaboradores, particularmente Luís Caprichoso e Dias Loureiro, entre outros.

O CM sabe que o ex-banqueiro do BPN desabafou há pouco tempo com pessoas próximas, a quem disse, ironicamente: “Os meus colaboradores foram todos escolhidos por serem leais e competentes mas fiquei a saber nos últimos tempos que também são todos cegos, surdos e mudos.” Oliveira e Costa ficou particularmente descontente com os “esquecimentos” e “omissões” de Dias Loureiro. E, ainda na administração, entrou em cisão com Luís Caprichoso, seu braço-direito no delinear da arquitectura das offshores. Tanto com Dias Loureiro, como com Caprichoso, Oliveira e Costa chegou a ter grande cumplicidade pessoal, para lá da relação política. Caprichoso acompanhou-o desde os anos 80, quando estava na Direcção Distrital de Finanças de Aveiro, e chegou a ser o seu homem-forte na estrutura do Fisco em Lisboa. Com Dias Loureiro, Oliveira e Costa privou na secretaria-geral do PSD, a partir do congresso da Figueira da Foz que elegeu Cavaco Silva. Oliveira e Costa, nessa época emergiu como o homem-forte da Distrital de Aveiro, a par de Ângelo Correia, foi vogal da secretaria-geral do PSD liderada por Dias Loureiro, numa fase em que o financiamento do partido chegou a ser associado a perdões fiscais.

É hoje decidido se a sessão será aberta ao público



■ José Oliveira e Costa foi o primeiro a ser chamado ao Parlamento, a 13 de Janeiro. Na altura, usou o estatuto de arguido para se recusar a falar. Amanhã, poderá fazê-lo em certas perguntas.

Luís Caprichoso abandonou a administração das empresas do Grupo BPN no dia 31 de Agosto de 2007. Mesmo na hora da saída, o seu amigo de sempre, Oliveira e Costa, foi generoso para o seu colaborador de longa data ao negociar uma indemnização de 687 mil euros, líquidos de descontos para o IRS e de contribuições para a Segurança Social. O dinheiro da indemnização foi pago na data da assinatura do acordo. Os mandatos de Caprichoso à frente das empresas do BPN terminavam no final de 2009. ■

■ Existem dúvidas sobre o formato da audição. Não se sabe se Oliveira e Costa vai apenas fazer uma declaração, recusando perguntas, ou se aceita ser questionado, ainda que opte pelo silêncio em certas matérias.

Comissão quer

■ Mais do que grandes revelações, os deputados da comissão de inquérito ao BPN querem clarificar com Oliveira e Costa, fundador do grupo, pormenores em torno de negócios da SLN/BPN e responsabilidades de vários ex-administradores no delinear do modelo de gestão do grupo.

“Se há alguém que pode esclarecer tudo é o dr. Oliveira e Costa e para ele ter requerido a audiência é porque tem algo a dizer”, diz Nuno Melo, do CDS-PP. O deputado espera que o



TRABALHOS | PROLONGAMENTO

A comissão de inquérito, presidida por Maria de Belém, decidiu prolongar por mais 30 dias a duração dos trabalhos. As iniciativas terão assim de estar concluídas até ao dia 14 de Junho

AUDIÇÃO | CONSTÂNCIO

As audições do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, foram adiadas para a próxima semana



CAPRICHOSO | RECUSOU FALAR

Luís Caprichoso foi o único a recusar ir à comissão de inquérito prestar depoimento. O ex-administrador usou como argumento o facto de ser arguido. A comissão ouviu 52 pessoas

que

Segurança Social



DIRETOS RESERVADOS

PERFIL

● **CONFIANÇA.** Luís Carlos Oliveira Caprichoso acompanhou Oliveira e Costa mais de 25 anos. Primeiro nas Finanças, onde trabalhou na fiscalização, com Oliveira e Costa na secretaria de Estado, depois no BPN, desde 1999.

OS CARGOS OCUPADOS POR LUÍS CAPRICHOSO

Presidente do Conselho de Administração

- Marinapart, SGPS
- SLN Multiauto, SGPS
- Alborada
- Animacorpus – Gestão de SPA e Health Club
- PayUp – Desenvolvimento de Negócios
- Planfin – Serviços de Planeamento Internacional
- Quinta da Torre de S. António
- Real Seguros
- Santa Maria Park Hotel
- Socenta – Construções Imobiliárias
- Turiscaramulo Empreendimentos Turísticos do Caramulo
- Worldrest, Gestão de Hotelaria e Turismo

Membro da administração

- SLN
- BPN, SGPS
- Pleiáde
- Partinvest, SGPS
- BPN Internacional, SGPS
- BPN Madeira, SGPS
- SLN Internacional, SGPS
- SLN Investimentos, SGPS
- SLN Part, SGPS

🔍 PORMENORES

● **PRISÃO ATÉ NOVEMBRO**
O juiz aceitou a “especial complexidade do processo” e decidiu prolongar a prisão preventiva de Oliveira e Costa por mais seis meses, até dia 21 de Novembro.

● **VENDA A ANGLANOS**
Os deputados vão querer ver esclarecidos por Oliveira e Costa os contornos das negociações de venda de parte da SLN a angolanos através da Carlyle.

● **PORTA ABERTA**
Oliveira e Costa escreveu uma carta a Maria de Belém onde afirmava estar “disposto a exercer o contraditório numa sessão à porta aberta”. A primeira audição, em Janeiro, realizou-se à porta fechada.



PEDRO CARABINO

Oliveira e Costa está no Estabelecimento Prisional da PJ desde Novembro

Estado de saúde débil contestado

● A Defesa de Oliveira e Costa tem tentado pressionar a Justiça com a idade avançada de Oliveira e Costa e o débil estado de saúde. Ao que o CM apurou, nos recursos apresentados para a revogação da aplicação da prisão preventiva, o advogado Leonel Gaspar tem destacado os 73 anos do banqueiro e a degradação da

saúde na prisão, traduzida em quedas na cela e perdas de equilíbrio. Em resposta, os juizes terão afirmado que não existe uma pericia médico-legal que ateste tal degradação e que não foi uma pessoa com perdas de equilíbrio ou dificuldades aquela que subiu a escadaria do Parlamento a 13 de Janeiro. ■D.R.



TIMAGO SOUSA/DAS



MATILDA FERREZ

detalhes

banqueiro responde a questões sobre “a aplicação e utilização dos depósitos dos clientes, a estratégia de gestão e o papel da supervisão”

Também João Semedo, do BE, lembra que “até hoje se tem assistido a uma desresponsabilização enorme na maioria dos depoimentos”. Por isso, Oliveira e Costa deverá “esclarecer operações financeira, imobiliárias e empresariais”, bem como “o papel de ex-gestores num conjunto de actos ilícitos e fraudulentos?”. ■D.R.



Oliveira Costa divide MP e juiz de instrução

BPN. Procurador do MP propôs libertação; juiz negou a proposta mantendo o banqueiro preso

O Ministério Público (MP) e o juiz de instrução do caso BPN (Banco Português de Negócios) estarão divididos sobre a prisão preventiva do fundador e ex-líder do banco, Oliveira Costa. Segundo o Expresso de ontem, enquanto o procurador do MP Rosário Teixeira acha que pode ser libertado, o juiz Carlos Alexandre considera que se deve manter preso.

José Oliveira Costa vai ser ouvido na próxima terça-feira, pela segunda vez, na comissão parlamentar de inquérito sobre a situação que levou à nacionalização do banco. Desta vez, ao contrário do que aconteceu na primeira audição, está disponível para falar. Vários depoentes na comissão de inquérito têm-no responsabilizado pela crise no BPN. ■

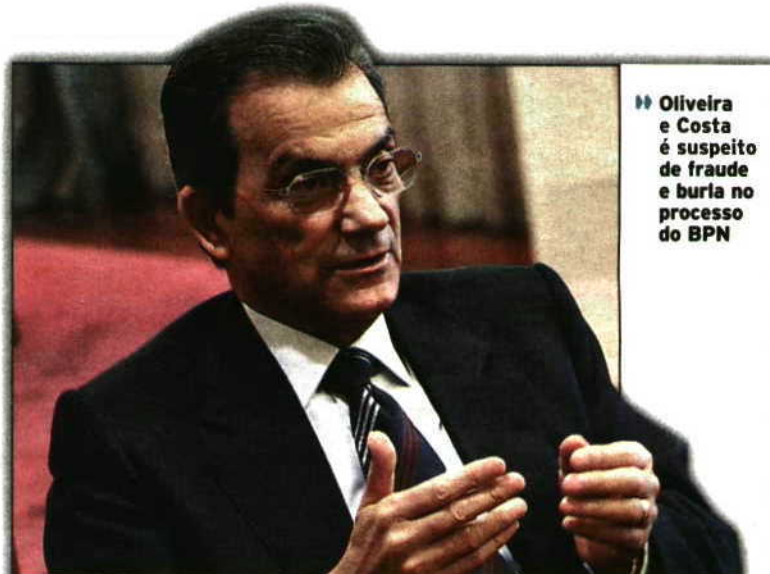
BPN

Oliveira e Costa revela "tudo" na terça-feira

➔ O ex-presidente do BPN, Oliveira e Costa, vai, na próxima terça-feira, ao Parlamento, onde prometeu contar tudo o que sabe sobre as situações menos claras que envolvem a instituição financeira da qual era responsável. Na passada semana, o banqueiro viu confirmada a sua medida de prisão preventiva por mais três meses.

Através de uma carta enviada à presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN, Maria de Belém Roseira, Oliveira e Costa mostrou-se "disposto a exercer o seu direito ao contraditório numa sessão à porta aberta", depois já de conhecido os depoimentos das cerca de três dezenas de personalidades ouvidas na comissão.

De acordo com alguns órgãos de comunicação social, Oliveira e Costa já revelou que, desta vez, não se irá calar perante os deputados e prometeu fazer revelações. Recorde-se que o antigo líder do BPN foi ouvido a 13 de Janeiro na Comissão, mas escusou-se a responder à maioria das questões, invocando o direito ao silêncio como arguido. ■



» Oliveira e Costa é suspeito de fraude e burla no processo do BPN

OLIVEIRA E COSTA VOLTA AO PARLAMENTO DIA 26

Desta é para falar

■ TEXTO ■ JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA
■ joao.m.baptista@24horas.com.pt

José Oliveira e Costa, o antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), vai voltar na próxima terça-feira ao Parlamento e, ao que tudo indica, desta vez está preparado para contar o que sabe sobre o que se passou no banco.

A confirmação do regresso à Comissão de Inquérito à Nacionalização do BPN do fundador da instituição – detido preventivamente por suspeitas de crimes de fraude qualificada, burla e falsificação dos documentos – foi dada ontem ao *24horas* por Maria de Belém Roseira.

A presidente da comissão revelou que recebeu uma carta de Oliveira e Costa onde

este se mostrou disponível para esclarecer as dúvidas dos deputados.

Segundo Maria de Belém, no documento que enviou, o antigo presidente do BPN “comunicou que pretende prestar declarações aos deputados, dentro dos limites que o seu estatuto de arguido permitir”. A presidente da comissão revelou ainda, ao *24horas*, que Oliveira e Costa não pediu para que a audição se realizasse à porta fechada, como aconteceu na primeira vez que se deslocou ao Parlamento, em Janeiro.

Agendada para as 16h00, a ida do antigo banqueiro ao Parlamento obrigou ao adiamento da audição de Vítor Constâncio, para uma data que ainda não foi acertada. ▽

BPN ■ COMISSÃO PARLAMENTAR NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA

Oliveira e Costa pede para falar

■ Depois de ver renovada a prisão preventiva, o ex-presidente do Banco Português de Negócios escreveu a Maria de Belém e pediu que fosse ouvido

● DIANA RAMOS/EDUARDO DÂMASO

O pedido seguiu ontem para o juiz de instrução, Carlos Alexandre, que de imediato deferiu o requerimento do Ministério Público. Neste documento era dada conta da pretensão do ex-patrão do BPN, Oliveira e Costa, em deslocar-se na próxima terça-feira à comissão parlamentar de inquérito ao escândalo que envolve este banqueiro. A iniciativa de Oliveira e Costa apanhou de surpresa os meios judiciais, por ocorrer um dia depois de ver renovada a prisão preventiva. O ex-patrão do BPN tinha a expectativa de ver modificada a medida

Ex-patrão do BPN prepara-se para mandar recados

de coacção e ficar em prisão domiciliária. Perante a decisão de renovação da preventiva, há quem veja na iniciativa de Oliveira e Costa a disponibilidade para colaborar com a investigação parlamentar, numa primeira fase, mas também no inquérito judicial.

O CM sabe que Oliveira e Costa tem confessado a pessoas próximas um enorme desagrado com o que alguns seus antigos amigos e colaboradores têm dito na comissão, sobretudo os esquecimentos e omissões de Dias Loureiro. "Agora são todos cegos, surdos e mudos", desabafou recentemente sobre os seus ex-colaboradores no universo SLN/BPN. Não descartará, por isso, a possibilidade de fazer aquilo que considera ser "uma reposição da verdade" na comissão, deixando recados em várias direcções. O mais visado pode ser o conselheiro de Estado - mas não será de descartar a possibilidade de as mensagens seguirem em todas as direcções. ■



Oliveira e Costa quando foi pela primeira vez ao Parlamento



BPN cruza com o Freeport

SAIBA MAIS

SAÍDA DO GRUPO

Oliveira e Costa abandonou a presidência do Grupo SLN/BPN em Fevereiro de 2008, depois de ser pressionado pelo núcleo-duro de accionistas.

1800

milhões de euros é o valor total do buraco financeiro do BPN. Por causa do risco iminente de falência, o banco foi nacionalizado no início do mês de Novembro de 2007.

248

milhões de euros foi o montante total dos prejuízos causados ao Grupo SLN/BPN por um conjunto de 13 negócios ruins.

INSULAR E CAIMÃO

O Banco Insular, que operava em Cabo Verde, e o BPN Cayman foram utilizados como as principais vias de transferência de verbas para negócios duvidosos.

Dias Loureiro e Freeport

● Uma das possibilidades avançadas pelas fontes contactadas pelo CM está na hipótese de Oliveira e Costa vir a estabelecer alguma relação entre o caso BPN e a investigação do Freeport. Os casos não terão factos que os relacionem directamente entre si mas há instituições e personagens que se cruzam. O próprio BPN é um dos bancos a quem foi pedida informação financeira sobre contas bancárias e transfe-

rências feitas. Depois, o arquitecto Capinha Lopes, ligado ao Freeport e alvo de buscas neste caso, tem uma forte ligação ao BPN. Por fim, foram feitos vários negócios de terrenos por sociedades ligadas ao BPN junto à futura zona do aeroporto de Alcochete, valorizando o próprio Freeport. Fontes conhecedoras dos dois processos admitem que Oliveira e Costa tenha bons trunfos para jogar. ■



Processo BPN O procurador Rosário Teixeira considera que já não existe perigo de fuga e queria mandar Oliveira Costa para casa. Em desacordo, o juiz Carlos Alexandre aplicou a pena mais pesada

Ministério Público queria libertar Oliveira Costa

A decisão de aplicar mais três meses de prisão preventiva a Oliveira Costa não foi unânime. Ao contrário do que é costume, o juiz de instrução do processo decidiu-se por uma medida de coação superior à proposta pelo Ministério Público (MP).

De acordo com uma fonte próxima do processo, o procurador Rosário Teixeira, que dirige as investigações do caso BPN, admitiu que a análise documental "está longe de estar concluída", mas argumentou que os perigos "de fuga" e "perturbação da tranquilidade" do meio bancário podem ser acautelados sem recorrer à prisão preventiva. O juiz Carlos Alexandre discorda. Entende que os factos sob investigação "têm forte componente internacional e assentam num complexo circuito financeiro", pois envolvem contas em vários países, utilização de sociedades *offshore* e transferências em paraísos fiscais. "A posição do MP é incompreensível. Há centenas de documentos para analisar e mais testemunhas para ouvir e quer libertar o único arguido? Em liberdade, Oliveira Costa podia preju-

Dias Loureiro quer ser interrogado

Se o Ministério Público o chamar a depor no âmbito do caso BPN, Dias Loureiro pedirá o levantamento da imunidade de que goza como conselheiro de Estado. Confrontado pelo Expresso com rumores que correram esta semana e segundo os quais já teria chegado a Belém o pedido para Loureiro ir ao DIAP, o conselheiro pessoal de Cavaco Silva afirmou: "Estou há muito tempo à espera de ser ouvido. É do meu interesse que isso aconteça para que tudo fique esclarecido". Dias Loureiro lembra, aliás, que manifestou essa disponibilidade e interesse mal o seu nome surgiu envolvido no processo que está, paralelamente, a ser alvo de uma comissão de inquérito na Assembleia da República. Fonte do Ministério Público garante que a decisão "ainda não está tomada" mas acrescenta que "em princípio" Dias Loureiro terá de ser ouvido no processo: "Já foi envolvido na gestão de Pleiade e já depôs na comissão de inquérito". "Seria extraordinário se os jornais soubessem antes de mim que eu ia ser chamado a depor, comenta Dias Loureiro ao Expresso, esclarecendo que, se o quiserem ouvir, ele pedirá "de imediato" que o Conselho de Estado lhe dê a necessária autorização. "É evidente que é isso que farei", garante.



Oliveira Costa vai voltar a ser ouvido no Parlamento na próxima terça-feira e desta vez não deverá ficar em silêncio FOTO ALBERTO FRIAS

dicar a investigação ou fugir. Continua a ter dinheiro suficiente", diz outra fonte do processo. Opinião contrariada por fonte próxima do ex-presidente do BPN: "Oliveira Costa não tem dinheiro".

A prisão preventiva vai ser revista daqui a três meses e o MP tem até Novembro para concluir a acusação. Se o julgamento não for marcado até Março de 2010, Oliveira Costa terá de ser libertado. Contactado, o advogado de Oliveira Costa, Leonel Gaspar, não quis comentar.

Existem três condições para que seja decretada a prisão preventiva: ou há perigo de fuga, ou possibilidade de perturbação do inquérito judicial, ou continuação da actividade criminosa. Findos seis meses de prisão preventiva, e não tendo o MP avançado com a acusação, Oliveira Costa teria de ser libertado. A não ser que fosse decretada a "excepcional complexidade da instrução". O que acabou por ser feito pelos dois magistrados.

A complexidade do processo é visível nas diligências que foram feitas: além de terem sido ouvidas mais de 30 testemunhas — algumas das quais serão constituídas arguidas — foi apreendida documentação de centenas de contas bancárias, além de mais de 300 pastas com documentação que ainda está a ser analisada. "Há vários intervenientes no processo cuja chamada a intervir nos autos terá de passar pela respectiva constituição como arguidos".

Esta não é a primeira vez que os dois magistrados chocam. Rosário Teixeira, que também dirige as investigações da 'Operação Furacão', sugeriu o arquivamento do caso contra A Loja do Gato Preto depois do pagamento da dívida fiscal. Carlos Alexandre negou a pretensão do MP.

Nova audição parlamentar

Oliveira Costa vai ao Parlamento na terça-feira. O pedido foi feito por Maria de Belém, presidente da comissão de inquérito ao 'caso BPN', e a reunião está agendada para as 16 horas. Oliveira Costa confirmou ontem a disponibilidade para "exercer o direito de defesa", lê-se na carta que dirigiu a Maria de Belém. Oliveira Costa diz também está disponível para exercer o contraditório "sem prejuízo das limitações decorrentes do inquérito judicial que corre termos no Ministério público, em que fui constituído arguido". O fundador e presidente do grupo BPN até Fevereiro de 2008, foi preso preventivamente a 21 de Novembro de 2008. A 13 de Janeiro quando foi chamado pela comissão de inquérito, recusou-se a fazer quaisquer declarações alegando o estatuto de arguido. Agora, segundo apurou o Expresso, Oliveira Costa, vai expor a sua versão sobre determinados factos e contradições apuradas pela comissão, podendo responder às questões dos deputados desde que estas não colidam com o segredo de justiça.



Cem por Cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

Não ao hara-kiri dos supervisores



Há um consenso generalizado, ainda mais nos tempos que correm, de que a economia, o mercado, as empresas, não se auto-regulam. É necessário a intervenção do Estado, que será tanto mais eficaz quanto for praticada por entidades reguladoras independentes, capazes de actuar rapidamente, sancionando quem prevaricou e corrigindo comportamentos que afectem a concorrência em detrimento da maioria dos cidadãos.

Neste caminho, ainda recente, o Estado português tem criado um conjunto de supervisores e reguladores em diversas áreas, do sector financeiro ao mercado de capitais, da energia à água, da concorrência às telecomunicações e à comunicação social, etc. Contudo, como o homem faz o cargo mais do que o cargo faz o homem, algumas destas entidades têm demonstrado, em certos momentos, uma absoluta falta de senso ou de adesão à realidade, que não contribui para o prestígio, respeito e autoridade que os supervisionados devem sentir pelos supervisores.

Não é o caso do Banco de Portugal (BdP) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), dois dos mais prestigiados

supervisores nacionais que, devido à crise internacional e à tempestade que desabou sobre o sistema financeiro português, têm estado particularmente em foco. Os sucessivos problemas no BCP, BPN e BPP puseram em causa a eficácia da supervisão sobre o sistema financeiro — e os partidos políticos da oposição, ao utilizarem estes acontecimentos como armas de arremesso político, contribuíram decisivamente para isso.

Convém, no entanto, pôr os pontos nos is. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que, antes de discutir a eficácia do BdP e da CMVM, houve quem prevaricasse, quem abusasse da boa-fé dos clientes, quem defraudasse a confiança essencial ao negócios bancário — e esses devem ser severa-

A última coisa que pode resultar dos casos BCP, BPN e BPP é que Banco de Portugal e CMVM saiam deles de costas voltadas, sentidos e desconfiados um do outro

mente punidos. Em segundo, os supervisores são, mais ainda depois desta crise, essenciais ao bom funcionamento da economia. Por isso, se alguma coisa há a fazer, não é crucificar estas instituições ou quem as dirige — mas sim encontrar formas e meios que lhes permitam ser bem mais eficazes na sua actuação.

Uma coisa é inaceitável: que BdP e CMVM comecem, cada um por si, a empurrar as culpas para o outro sobre o que aconteceu. Que houve falhas, houve. Que a justiça tarda, tarda. Que não se percebe o arrastar das situações, não percebe. Mas a última coisa que destes episódios pode resultar é que BdP e CMVM saiam deles de costas voltadas, sentidos e desconfiados um em relação ao outro — pois o bom entendimento entre os dois é essencial para dar confiança, estabilidade e segurança ao sistema financeiro português.

No futuro haverá novos casos de fraude e abuso de confiança. É fundamental que haja a percepção de que os prevaricadores serão descobertos e severamente sancionados. Como se sabe, é o medo que guarda a vinha. Mas o assaltante tem de saber que o cão é mesmo perigoso.



política

Parlamento. Depois de conhecer os depoimentos das cerca de três dezenas de personalidades ouvidas na comissão de inquérito ao caso BPN o banqueiro, agora em prisão preventiva, escreveu a dizer querer "exercer o seu direito ao contraditório". Garantiu ir colaborar com os deputados "em tudo o que não colidir com o seu estatuto de arguido" na reunião de 26 de Maio

O silêncio do banqueiro a 13 de Janeiro

A ida do antigo presidente do BPN José Oliveira Costa ao Parlamento, a 13 de Janeiro, foi rodeada de grande aparato apesar de, como então se esperava, este se ter recusado a prestar declarações. Acompanhado dos guardas prisionais, o arguido foi participar na reunião da comissão eventual de inquérito ao caso BPN, mas Oliveira Costa, que se encontra em prisão preventiva viu o juiz encarregar do seu processo informá-lo de que tinha o direito de, se quisesse, optar por não responder às perguntas dos deputados. Era dessa forma esperado por todas as bancadas que efectivamente seria essa a postura a adoptar pelo antigo homem forte do BPN, o que se veio a confirmar durante os 45 minutos que durou a reunião. Se então Oliveira Costa optou pelo silêncio, nem por isso os deputados deixaram de fazer as perguntas tentando apurar como funcionou a regulação no caso BPN, já que é isso que está em causa na AR.



José Oliveira Costa desta vez vai ao Parlamento para dar a sua visão sobre o caso

OLIVEIRA COSTA PROMETE FALAR NA COMISSÃO DO BPN

■ EVA CABRAL

José Oliveira Costa informou a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BPN de que está "disposto a exercer o contraditório numa sessão à porta aberta" que vai decorrer na próxima terça-feira à tarde.

O antigo homem forte do BPN – actualmente em prisão preventiva – respondeu favoravelmente a um convite feito por Maria de Belém Roseira, a socialista que preside à comissão de inquérito, que ontem deu conhecimento da decisão de Oliveira Costa numa reunião de coordenadores de todas as bancadas parlamentares realizada após a sessão plenária.

O banqueiro escreveu à comissão de inquérito a mostrar a sua disponibilidade, referindo estar disposto a colaborar com os deputados "em tudo o que não colida com a sua condição de arguido".

Leonel Gaspar, advogado de Oliveira Costa referiu ontem ao DN não querer prestar informações complementares sobre esta matéria.

Refira-se que já esta semana o juiz Carlos Alexandre decidiu renovar por mais três meses a prisão preventiva do ex-presidente do

BPN dado o caso ter sido declarado de especial complexidade.

Dessa forma, o procurador Rosário Teixeira tem até Novembro deste ano para deduzir acusação contra o fundador do BPN que actualmente está indiciado pelos crimes de burla, gestão danosa e falsificação de documentos.

Recentemente, o CM advertia declarações feitas por Oliveira Costa na prisão onde se encontra detido segundo as quais este tem estado a assistir às audições parlamentares deste caso com toda a atenção tendo verificado que "tinha escolhido os seus colaboradores por serem leais e competentes, mas que agora descobriu que também eram cegos, surdos e mudos".

A disponibilidade de Oliveira Costa para falar no Parlamento foi entretanto saudada por deputados de todas as bancadas.

Honório Novo, do PCP, referiu ao DN esperar "que esta audição sirva para se esclarecer a verdade", lembrando que as recentes declarações atribuídas a Oliveira Costa no CM comentando a posição dos seus colaboradores faz

pressupor que o ex-banqueiro vá fazer declarações relevantes para os trabalhos da comissão de inquérito.

Também Nuno Melo da banca do CDS/PP, referiu esperar que na recta final desta comissão "as audições a Oliveira Costa, ao Governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio e ao Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, permitam que o Parlamento consiga

avaliar efectivamente a decisão política que levou à nacionalização do BPN e se a supervisão bancária funcionou adequadamente.

João Semedo, do Bloco de Esquerda, considerou por seu turno ser natural "que Oliveira Costa tenha optado por ver primeiro as audições feitas na comissão de inquérito antes de exercer o seu direito ao contraditório".

Nesse sentido referiu que se veio a provar que a opção de se ter começado os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito com José Oliveira Costa, a 13 de Janeiro (ver caixa) acabou "por mostrar ser uma estratégia errada".

Globalmente os deputados consideraram que a actual comissão de

Dias Loureiro não comenta



Manuel Dias Loureiro referiu ontem ao DN "não querer comentar" a decisão de José Oliveira Costa de se disponibilizar para ir ao Parlamento. O **conselheiro de Estado** foi por duas vezes ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN após ter mostrado a sua total disponibilidade para colaborar com o Parlamento. A sua segunda audição na AR, a 5 de Maio, justificou-se pela necessidade da comissão parlamentar querer esclarecer factos sobre as operações de compra e venda de empresas tecnológicas em Porto Rico, que contaram com a participação de Dias Loureiro e na sequência de contradições entre o seu depoimento e o de António Coutinho Rebelo o antigo administrador do Excellence Assets.

inquérito acabou por prestigiar o funcionamento do Parlamento e conseguiu coligir muito material que será posteriormente enviado para o Ministério Público.

Refira-se, ainda, que o Banco de Portugal voltou a transmitir à comissão de inquérito a sua posição de não fornecer documentação alegando sigilo profissional bancário, apesar do Parlamento ter encomendado ao jurista consulto Nuno Piçarra, que concluiu que a Assembleia da República tem competência por si só para decretar a quebra do sigilo bancário e profissional.

Ou seja, seguindo o parecer de Nuno Piçarra, os deputados não precisam de pedir o levantamento do sigilo ao Tribunal da Relação, hipótese que tinha sido anteriormente considerada pelos deputados da comissão, que consideram a recusa das várias entidades como um bloqueio ao funcionamento dos trabalhos.

Para além do Banco de Portugal, outras entidades invocaram o sigilo para não prestar informações ao Parlamento, designadamente o BPN – entretanto nacionalizado e sob administração provisória assegurada pela CGD – bem como e algumas auditorias externas do banco, concretamente a Deloitte, Ernst&Young, BDO Binder e PriceWaterhouseCoopers.

A comissão de inquérito parlamentar terá de estar concluída até dia 15 de Junho, estando o relatório final a ser elaborado por Sónia Sanfona do PS. ■

Banca

Paulo Alexandre Coelho



Com um estado de saúde debilitado, José Oliveira Costa deslocar-se-á pela segunda vez ao Parlamento, acompanhado pelo advogado Leonel Gaspar e rodeado por guardas prisionais.

Oliveira Costa quebra silêncio na terça-feira no Parlamento

Numa carta com três parágrafos, o ex-presidente do BPN e SLN, detido há seis meses, garante estar disponível para “exercer o princípio do contraditório”.

SANDRA ALMEIDA SIMÕES ssimoes@economiasggs.com

Terça-feira, dia 26 de Maio. Este será o dia em que José Oliveira Costa, detido preventivamente há seis meses, terá autorização para abandonar pela segunda vez, apenas por algumas horas, o Estabelecimento Prisional de Lisboa. Tal como ocorreu a 13 de Janeiro, a carrinha celular que transportará o ex-presidente do BPN e da SLN tem como destino a Assembleia da República. Rodeado de guardas prisionais e acompanhado do seu advogado, Oliveira Costa irá prestar declarações no âmbito da comissão de inquérito parlamentar ao caso BPN.

Esta segunda viagem ao Parlamento acontece, ao contrário da primeira, por disponibilidade e interesse do próprio José Oliveira Costa. Desde que os deputados iniciaram os trabalhos, a presidente da comissão “convidou”, em diversas ocasiões, o ex-banqueiro a voltar a São Bento. Ao Semnário Económico, Maria de Belém explica que, desta vez, José Oliveira se disponibilizou a voltar

à Assembleia da República, porque querará defender-se das acusações que lhe têm sido feitas ao longo do processo de audições. “Fiz o convite ao Dr. Oliveira Costa, ele aceitou e, neste momento, estão a ser ultimadas as últimas burocracias judiciais, pelo seu advogado”, explicou.

Foi através de uma carta, com três parágrafos, que o antigo secretário de Estado de Cavaco Silva esclareceu que pretende “defender o seu nome e a sua honra”. “Estou disponível para exercer o princípio de defesa e do contraditório”, pode ler-se na missiva.

As audições ao Governador do Banco de Portugal e ao Ministro das Finanças ficaram adiadas para a primeira semana de Junho.

Recordar-se que na primeira inquirição – à porta fechada –, Oliveira Costa invocou o estatuto de arguido para não responder às questões dos deputados.

ÚLTIMAS AUDIÇÕES ADIADAS

Perante a disponibilidade de Oliveira Costa em regressar ao Parlamento, e tendo em conta o calendário político com a aproximação das eleições europeias, Maria de Belém adiantou que as inquirições a Vítor Constâncio, Governador do Banco de Portugal, e a Teixeira dos Santos, ficaram adiadas para a primeira semana de Junho. Até agora, a comissão já ouviu 51 responsáveis.

Segundo apurou o Semnário Económico, é presumível que a audição de Oliveira Costa ocorra à porta aberta e seja precedida por uma declaração inicial do ex-banqueiro. E a verdade é que a disponibilidade de Oliveira Costa para falar irá certamente influenciar o final dos trabalhos da co-

missão. Isto porque, o ex-banqueiro poderá ajudar a esclarecer ilegalidades e factos que têm sido denunciados de forma contraditória pelos diversos depoimentos prestados até agora.

A acção de supervisão do Banco de Portugal ao BPN é outro dos assuntos inevitáveis no radar dos deputados. “Queremos saber se o BPN lubrificou o Banco de Portugal, tal como abordar a separação entre a área financeira e não financeira do grupo SLN, e o relacionamento com Dias Loureiro, Luís Caprichoso e outros anteriores responsáveis no grupo”, afirmou um dos deputados ao Semnário Económico.

A agitação no Parlamento ocorrerá precisamente uma semana depois de ter sido declarada a “excepcional complexidade” do processo que até agora tem como único arguido Oliveira e Costa. O Ministério Público decidiu renovar a prisão preventiva como medida de coacção, até 21 de Novembro. ■

MINISTRO NÃO COMENTA INTERESSE DO MONTEPIO

O caso BPN ganhou novo fôlego, quando, na quarta-feira, o ministro das Finanças anunciou que, entre as possíveis soluções para a instituição nacionalizada, a sua opção é vender. Teixeira dos Santos referiu ainda que só as condições de mercado ou a falta de interessados o levarão a ponderar outras possibilidades. Não demorou muito até que o Montepio Geral reiterasse o seu interesse e meios para comprar a rede de retalho do BPN. Confrontado com a disponibilidade da instituição, liderada por Tomás Correia, o ministro das Finanças - a quem compete escolher a solução para o banco - afirmou ontem que é “premature” tecer comentários. Teixeira dos Santos deverá decidir o futuro do banco até ao final de Junho.

BPN registou prejuízos de 500 milhões no ano passado

Contas deverão ser aprovadas na quinta-feira pelo accionista Estado.

**ANTÓNIO COSTA E
MARIA ANA BARROSO**
acosta@economicasgqs.com

O Banco Português de Negócios (BPN) registou, no ano passado, um prejuízo de cerca de 500 milhões de euros, apurou o Semnário Económico. Um resultado que é consequência do volume de imparidades que, no final do exercício, somava os 1,7 mil milhões de euros.

Estas imparidades resultam sobretudo das perdas em créditos do BPN e também do Banco Insular, no BPN Cayman e no BPN IFI (Cabo Verde).

Os passos que faltavam no fecho de contas foram entre-

tanto concluídos, com a gestão provisória do BPN, liderada por Francisco Bandeira, a aprovar os números em conselho de administração.

A assembleia geral onde se espera que o Estado aprove as contas está marcada para a próxima quinta-feira. Cumpridas as formalidades da aprovação das contas, que permitem um retrato fiel da situação do BPN, o Governo irá partir para uma decisão final quanto ao banco.

O futuro da instituição, conforme adiantou já o ministro das Finanças Teixeira dos Santos, deverá passar pela venda. Em cima da mesa estavam três hipóteses possíveis, propostas pela administração de Francisco Bandeira às Finanças no início do ano: a venda em bloco ou em parte dos activos, a manutenção do BPN como instituição autónoma ou, em última análise, a



FRANCISCO BANDEIRA
Presidente do BPN

O também vice-presidente da CGD deverá começar ainda em Junho a ouvir os eventuais interessados no BPN. Entre eles está o Montepio Geral que já admitiu publicamente a vontade de estudar a compra do banco nacionalizado.

integração no universo CGD.

Durante a primeira quinzena de Junho, soube ainda o Semnário Económico, as Finanças deverão confirmar o rumo para o BPN e adiantar a forma como se processará a venda da instituição. Seguir-se-á, em princípio, o processo de 'due diligence' junto dos interessados.

Algumas interrogações existem ainda quanto à forma como a alienação se irá processar, devendo os pormenores finais estar agora a ser limados pelo Governo, em conjunto com a administração de Bandeira. Se se vende activos como o BPN Brasil, a Real Vida Seguros ou o Banco Efisa, em conjunto com o próprio banco ou se será em separado, se o banco será vendido já limpo de perdas ou não, se a venda avança já ou se aguarda por um momento de mercado mais favorável, entre outras incógnitas. ■



Em Janeiro, Oliveira Costa preferiu o silêncio quando foi ao Parlamento

Oliveira Costa vai ao Parlamento para ser ouvido a seu pedido

Cristina Ferreira

O ex-presidente do BPN/Sociedade Lusa de Negócios, que continua em prisão preventiva, ficou em silêncio em Janeiro quando esteve na Assembleia da República

● O ex-presidente do BPN/Sociedade Lusa de Negócios, José Oliveira Costa, único detido no quadro das investigações policiais, vai ser ouvido na próxima terça-feira na Assembleia da República, a seu pedido, para fazer o contraditório, o que recusou fazer em Janeiro, quando ali esteve.

José Oliveira Costa disponibilizou-se a voltar à Assembleia da República para se defender das acusações que lhe têm sido feitas ao longo do processo de inquirições realizado no quadro da comissão de inquérito parlamentar à supervisão e nacionalização da instituição financeira. A iniciativa pode constituir uma reviravolta no processo de inquirições parlamentares,

ajudando a esclarecer factos que têm sido abordados de forma contraditória nos diferentes depoimentos prestados. Em carta enviada esta semana a Maria de Belém Roseira, a deputada socialista que lidera a comissão parlamentar, Oliveira Costa colocou-se à disposição dos deputados para voltar a São Bento e exercer o seu direito de defesa e de contraditório.

O ex-presidente do BPN, que se encontra detido preventivamente desde Novembro de 2008, deverá ser convido para ir à Assembleia da República na próxima semana, por onde já passaram diversas personalidades ligadas a esta instituição bancária. O objectivo dos deputados é apurar se a acção de fiscalização do BPN por parte do Banco de Portugal foi negligente. Oliveira Costa esteve em Janeiro em São Bento para responder às questões dos deputados, mas permaneceu em silêncio, acabando por abandonar a AR pouco tempo depois. Na altura, encontrava-se já em prisão preventiva, acusado de fraude qualificada, burla e falsificação de documentos.

O antigo secretário de Estado de Cavaco Silva, que exerceu a presidência do BPN nos últimos dez anos, é acusado de ter levado à falência a instituição, que acabaria por ser nacionalizada em Outubro de 2008.

Já esta semana o Ministério Público decidiu manter Oliveira Costa em prisão preventiva como medida de coacção, cujo prazo termina a 21 de Novembro deste ano.

As autoridades consideram o *dossier* muito complexo, e alegam que a recolha de factos novos e relevantes para a investigação justificou a decisão de alargar o prazo da dedução das acusações, de seis para 12 meses, evitando assim a saída em liberdade de Oliveira Costa.

As investigações policiais ao BPN resultaram de denúncias do Banco de Portugal e da CMVM, revelando a existência de operações virtuais feitas por um banco que formalmente era desconhecido das autoridades e que funcionava ao lado do BPN. O Banco Insular, com sede em Cabo Verde, era controlado pelo BPN através de uma sociedade *off-shore*.

NUNO FERREIRA SANTOS